
NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL EM CONTEXTOS DE IMPERIALISMO

NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL EM CONTEXTOS DE IMPERIALISMO

NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL EM CONTEXTOS DE IMPERIALISMO

Anita Helena Schlesener¹
Maria de Fatima Rodrigues Pereira²

Resumo: Este texto é dedicado a notas sobre desenvolvimento e educação superior no Brasil no contexto do imperialismo. Considera-se o conceito de imperialismo, surgido da análise da estrutura econômica capitalista efetuada pelos socialdemocratas ao final do século XIX e divulgado a partir do ensaio popular de Lenin (1980): *O Imperialismo, fase superior do capitalismo* para designar o domínio econômico instituído a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista no contexto da expansão mundial da economia. Porém, atenta-se para as suas características pós Segunda Guerra Mundial, muito mais se efetivando pelo domínio econômico e ideológico do que pela posse de grandes extensões de terras por parte dos grandes monopólios e Estados que os representam. Neste cenário tomam dianteira os Estados Unidos da América do Norte. Por sua vez, o Brasil apresenta características específicas, a relação de dependência com o capitalismo estrangeiro gerou uma burguesia nacional que sempre contou com o Estado para consolidar seu poder econômico, social e político. Não foi diferente durante os governos do Partido dos Trabalhadores, analisados, a despeito dos debates a favor ou contra, como promotores de um projeto desenvolvimentista e ou neo desenvolvimentista. Neste cenário o ensino superior tendeu a ser de inserção social a partir de qualificação em nível tecnológico, de graduação e de pós-graduação, de mão-de-obra para a recomposição da divisão social do trabalho, sob o impulso de políticas como FIES, PROUNI e REUNI. As forças sociais que promoveram o impeachment em 2016, tem forte acento anti popular e realizam aperto e ajustes fiscais que sufocam as universidades públicas e os seus professores, abrindo novos tempos de lutas e resistências. Cabe apontar a necessidade de se entender melhor as articulações do capital e seu assalto à educação nomeadamente as trincheiras da “escola sem partido” que é fruto de uma ideologia conservadora que pretende eliminar dos quadros da escola pública o pensamento crítico.

Palavras- chave: notas sobre desenvolvimento, educação superior, imperialismo.

Abstract: This text is dedicated to notes on development and college education in Brazil in the context of imperialism. It is considered the concept of imperialism, arisen from the analysis of the capitalist economic structure made by the social-democrats at the end of the XIX century and divulged from the popular essay of Lenin (1980): *Imperialism, the upper phase of capitalism* to designate the economic domain instituted from the development of monopoly capitalism in the context of world economic expansion. However, it is attentive to its characteristics after World War II, much more effective for the economic and ideological than for the possession of large tracts of land by the large monopolies and States that represent them. In this scenario take the lead the United States of North America. On the other hand, Brazil presents specific characteristics, the relation of dependence with the foreign capitalism generated a national bourgeoisie that always counted on the State to consolidate its economic, social and political power. It was no different during the Labor Party governments, analyzed, a stripping of the debates for or against, as promoters of a developmental and or neo-developmental project. In this scenario, college education tended to be a social insertion from the technological, graduation and post-graduation qualification of labor to a recomposition of the social division of labor, under the impulse of policies such as FIES, PROUNI and REUNI. The social forces that promote impeachment in 2016 have a strong anti-popular accent and tie the fiscal challenges that suffocate public universities and their teachers, opening up new times of struggles and resistance. There is a

need to understand better how the articulations of capital and its assault on education as trenches of the "school without party" that is the fruit of a conservative ideology that seeks to eliminate the cadres of public school critical thinking.

Keywords: development notes, college education, imperialism

Resumen: El texto es dedicado a las notas sobre el desarrollo y la educación superior en Brasil en el contexto del imperialismo. Se considera el concepto de imperialismo, surgido a partir del análisis de la estructura económica capitalista hecha por los socialdemócratas a finales del siglo XIX y divulgado a partir del ensayo popular de Lenin (1980): *El imperialismo, fase superior del capitalismo* para designar el dominio económico establecido a partir del desarrollo del capitalismo monopolista en la expansión global de la economía. Pero atentos a sus características después de la Segunda Guerra Mundial, mucho más si efectivando por el dominio económico e ideológico que por la posesión de grandes extensiones de tierras por parte de grandes monopolios y los estados que los representan. En este escenario toman la delantera los Estados Unidos de América. A su vez, Brasil tiene características específicas, la relación de dependencia con el capitalismo extranjero genera una burguesía nacional que siempre ha contado con el estado para consolidar su poder económico, social y político. No fue diferente para los gobiernos del Partido de los Trabajadores, analizados, a pesar de los debates a favor o en contra, como promotores de un proyecto de desarrollo y o del neo desarrollo. En este escenario, la educación superior tendía a ser de la inclusión social de calificación en el nivel tecnológico, de grado y postgrado, la mano de obra para la restauración de la división social del trabajo, bajo el empuje de políticas como FIES, PROUNI y REUNI. Las fuerzas sociales que promovieron el juicio político en el 2016, tienen un fuerte acento anti populares y ejecutan un trabajo de apriete y los ajustes fiscales que ahogan las universidades públicas y sus profesores, promoviendo la apertura de una nueva era de lucha y resistencia. Corresponde a pontar la necesidad de comprender mejor las articulaciones del capital y su asalto a la educación, en particular las trincheras de la "escuela sin partido" que es el resultado de una ideología conservadora que tiene como objetivo eliminar las filas de pensamiento crítico en la escuela pública.

Palabras clave: notas sobre desarrollo, la educación superior, el imperialismo

Introdução:

Somente a identificação entre história e política tira da história o seu caráter de erudição. (...) O historiador é um político e, neste sentido, a história é sempre história contemporânea, isto é, política (GRAMSCI, 1978, p. 1242).

Toda a história parte de um ponto de vista que, em geral, expressa a visão de mundo dos vencedores, ou seja, todo historiador é também um político e toda política, em algum momento, é também história. Iniciamos retomando duas leituras opostas, mas não divergentes, sobre o que foi ou ainda é o século XX: a abordagem de Eric Hobsbawm no livro *O Breve século XX*, cuja brevidade é marcada por um ciclo de guerras, e o livro de Giovanni Arrighi, *O longo século XX*, que procura demonstrar que o século XX ainda não terminou.

Hobsbawm reconhece como início do século XX o atentado de Sarajevo, o assassinato do Arquiduque da Áustria, que deflagrou a Primeira Guerra mundial e, como fim, a queda e a fragmentação da União Soviética, cujo marco é a nova guerra de Sarajevo iniciada em 1991; ou seja, um século iniciado e terminado com guerras que redefiniram o espaço geopolítico mundial, a partir de interesses econômicos europeus e estadunidenses. No curso deste breve século, outras guerras se desenharam acirrando as disputas pela hegemonia mundial.

Poderíamos fazer uma outra leitura deste período, assinalando como grande marco do século XX a Revolução de Outubro de 1917, ponto de partida que daria um outro significado à história, tendo como perspectiva as grandes conquistas sociais das classes trabalhadoras, conquistas incentivadas pela Revolução Russa. Outubro de 1917 mostrou a possibilidade de uma nova ordem social e política e mudou radicalmente a correlação de forças vigente até então. Seguiu-se a Revolução cultural chinesa, cujo objetivo era instaurar um poder popular de base essencialmente camponesa. Buscar a materialidade destes

movimentos históricos e assinalar os seus desdobramentos nas ações revolucionárias que marcaram as primeiras décadas do século XX na Europa e no Oriente, na luta das classes subalternas por sua emancipação política, desvelam um outro quadro da história. Ou seja, o pêndulo pende para o lado em que se define a posição política do historiador.

Arrighi toma uma posição a meio caminho destas duas; sua abordagem sistêmica permite assinalar de modo mais claro as correlações de forças que se esboçam e se confrontam. Argumenta que as duas guerras mundiais definiram os caminhos das lutas de classes: a militância trabalhista aumentou antes dos grandes confrontos mundiais, reduziu-se durante os conflitos e eclodiu em movimento revolucionário na saída das guerras. “A forma e a intensidade da concorrência entre os capitalistas, ou seja, a rivalidade e as guerras mundiais entre os imperialistas, definiram a forma e a intensidade da luta dos trabalhadores” (ARRIGHI, 2008, p. 135).

Arrighi acentua ainda a capacidade estadunidense de assumir a hegemonia mundial a partir dos desdobramentos das grandes guerras, principalmente administrando o sistema monetário mundial. Na correlação de forças, os Estados Unidos reconstituem o mercado mundial em novas bases para retomar a lucratividade e o desenvolvimento das décadas de 50 e 60. Colocam-se as bases de expansão do que se denomina imperialismo, com novas dimensões de dominação política e ideológica.

A partir destes pressupostos, levantamos algumas notas sobre a correlação de forças a partir do esfacelamento da União Soviética a fim de explicitar o que entendemos por imperialismo nas condições econômicas e políticas do início do século XXI e as opções do Brasil no âmbito da política internacional. Em seguida, levantamos alguns aspectos econômicos e políticos que estão na raiz do golpe de Estado de 2016 a fim de colocar algumas questões em debate.

Imperialismo, fase superior do capitalismo:

Usa-se o termo imperialismo para designar o domínio econômico instituído a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista no contexto da expansão mundial da economia. Surgido da análise da estrutura econômica capitalista efetuada pelos social-democratas, o termo divulgou-se a partir do ensaio popular de Lenin (1980): *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. A base de leitura de Lenin: a sociedade capitalista se reproduz por ciclos repetidos de produção, troca e circulação (de mercadorias e de capital) num movimento de auto-expansão econômica que, muitas vezes, não coincide com a divisão política do mundo.

Neste escrito estabelece-se uma relação entre a exportação de capital (dinheiro), com a exportação de mercadorias, vinculada à formação de trustes e cartéis, que centralizam a produção e a distribuição mundial dos produtos, controlam os preços e dividem o espaço (mundial) em áreas de exploração e influência.

Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamentos, etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas, etc. (LENIN, 1980, p. 591).

Nas mãos destes grupos concentram-se parte significativa “da produção de um determinado ramo industrial” (LENIN, 1980, p. 592); ou seja, Lenin já identificava, na realidade de 1870-1890, a concentração da economia nas mãos de alguns grupos que passavam a controlar a produção e a distribuição de mercadorias visando ampliar seus lucros, o que podemos tomar como a base das atuais corporações. No processo de expansão mundial, fundem-se o capital industrial e o capital financeiro, controla-se o mercado e os preços de modo a garantir níveis maiores de acumulação. A concentração de capital leva ao monopólio em escala nacional e internacional, processo acompanhado pela intensificação da concorrência.

Lenin avalia a concentração bancária, a exportação de capital, o surgimento dos grandes monopólios, a disputa pelo petróleo, a disputa por espaços geopolíticos numa partilha do mundo entre as grandes potências e a expansão de uma camada social parasita que vive de rendas financeiras, em situação de completa ociosidade: a “exportação de capitais, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, acentua ainda mais o divórcio completo entre o setor dos *rentiers* e a produção”, gerando uma camada parasita que vive indiretamente da exploração do trabalho sem disso se dar conta (LENIN, 1980, p. 650).

Do ponto de vista político, este fenômeno se articula com a redefinição dos espaços geopolíticos disputados por interesses capitalistas tanto em função dos mercados quanto em relação ao domínio e controle de matérias primas, gerando conflitos potenciais entre Estados. A expansão imperialista aumenta as possibilidades de acumulação do capital, mas, ao mesmo tempo, acentua a deflagração de guerras intercapitalistas e imperialistas. O Estado rentista “é o Estado do capitalismo parasitário e em decomposição”, circunstância que se reflete em todas as condições sociais e políticas de cada país (LENIN, 1980, p. 651).

O escrito de Lenin gerou polêmicas e um debate acirrado no interior da socialdemocracia, com objeções de várias tendências, mas apresentando-se como um texto base para futuras reflexões sobre o tema.

A partir do fim da guerra fria e das disputas pela hegemonia, com a expansão mundial do capitalismo e a financeirização da economia, o tema sobre imperialismo é retomado para explicitar as novas conjunturas. Tem-se uma concentração imensa de riquezas nas mãos de algumas corporações que controlam a economia mundial, cujo projeto político para a concentração do capital não contempla o humano e age de modo cada vez mais agressivo com as populações mundiais³.

Os interesses destas corporações acabam por interferir nas políticas dos Estados nacionais que, para cumprir compromissos da dívida pública, comprometem serviços sociais básicos e essenciais para a sobrevivência das populações.

Estes problemas já vinham sendo identificados no final da década de 90, como se pode constatar nas análises de Chomsky (1996, p. 277), que acentua a importância do controle das reservas mundiais do petróleo para os Estados Unidos, no sentido de garantir sua hegemonia mundial, retomando

as observações de David Painter: “para manter um ambiente internacional em que as companhias privadas” (ou seja, corporações) “pudessem operar com segurança e lucro, o governo dos Estados Unidos se envolveu ativamente na manutenção da estabilidade do Oriente Médio”⁴, para “conter o nacionalismo econômico”, sancionando e apoiando “acordos privados para o controle do petróleo mundial”. O “(...) poder corporativo influenciou o resultado de decisões específicas e, mais importante, moldou de modo significativo a definição dos objetivos políticos” (PAINTER, apud CHOMSKY, p. 277).

A partir deste contexto a questão do imperialismo assume novos significados, com uma dimensão não apenas econômica e política, com a relação dialética e contraditória entre o econômico e o político. De acordo com Ellen Wood (2004, p. 56), a “relação entre o poder econômico e o poder político no capitalismo, entre o capital e o Estado, não é somente uma simples relação mecânica em que a superestrutura reflete a base”, mas é uma relação potencialmente contraditória pela qual a expansão da ordem econômica mundial necessita da existência dos Estados. O imperialismo se caracteriza pelo modo como a manutenção da hegemonia mundial é compelida a “confrontar a contradição tentando controlar o sistema de múltiplos Estados”.

Este confronto tem uma dimensão militar enquanto latente ameaça, mas assume uma dimensão principalmente ideológica, que visa a garantir o consenso em torno dos objetivos estadunidenses e gerar a aceitação, inclusive, de intervenções militares para garantir o seu ideário, que mascara seus reais interesses econômicos.

No processo de expansão do mercado mundial, os Estados Unidos incentivaram o capitalismo de corporações, que já tinha surgido a partir de 1873 e que, com a inserção de novas tecnologias e de técnicas de planejamento empresarial, ampliaram-se sensivelmente. A “ascensão do capitalismo de corporações norte-americanas à posição de dominação mundial foi um aspecto do processo de transformação da competição intercapitalista” concentrada no setor privado protegido pelas políticas do Estado (ARRIGHI, 1996, p. 302).

A estratégia de expansão capitalista e de domínio estadunidense foi largamente explicitada por Noam Chomsky, mostrando que a política voltada para a América Latina foi sempre agressiva, no sentido de defender os interesses econômicos estadunidenses; a “integridade de outras nações americanas é um incidente, não um fim”. Trata-se de uma ação que visa, intencionalmente, a dismantelar os movimentos populares, a manter deliberadamente a situação de desigualdade instaurada, sem qualquer preocupação com a pobreza ou com a garantia de direitos de qualquer espécie (CHOMSKY, 1996, p. 156).

Na leitura de Arrighi, o ciclo sistêmico de acumulação e domínio estadunidense encontra-se em crise e a força que se contrapõe a este domínio vem da China que, já na época das grandes revoluções burguesas na Europa possuía um grande desenvolvimento econômico. Depois da Guerra do ópio, sofreu um declínio, mas renasceu com o comunismo de Mao, de base essencialmente camponesa. A unidade política e a estratégia de expansão com desenvolvimento das regiões aderentes preservando suas tradições contribuíram para minimizar os confrontos no Oriente. A herança do comunismo, que ainda permanece, é a posse coletiva da terra, elemento que Arrighi considera importante para o modelo econômico capitalista atual.

A ascensão econômica da China, ao lado do Japão, da Coreia do Sul, Singapura e Hong Kong têm novas características que desafiam o projeto de controle estadunidense. Entre essas diferenças, a “baixa frequência de guerras entre os Estados asiático-orientais” e a baixa competitividade entre os Estados, sem disputas de espaços. A “expansão territorial da China no período Qing não foi impulsionada pela competição” nem pela necessidade de extração de recursos materiais, mas para investir na periferia (ARRIGHI, 2008, p. 325).

A crise econômica que se anunciou na década de 70 não atingiu os países do Oriente, incluindo a Índia. Conforme Galbraith, “tanto a China quanto a Índia livraram-se dos bancos ocidentais na década de 70 e pouparam-se da crise da dívida externa”. Ambas mantêm o “controle do capital, de modo que o dinheiro especulativo não pode entrar e sair livremente”. Ambas “continuam a manter o controle estatal na indústria pesada e alcançam bons resultados na economia em geral”. Resta saber se “isso se deve às reformas ou à regulamentação que continuam a impor” (Galbraith apud. ARRIGHI, 2008, p. 360)⁵. Em linhas gerais, trata-se de uma economia capitalista que se construiu ao largo do Consenso de Washington e continua a se desenvolver expandindo-se para o mercado internacional.

Neste contexto, mantém-se a capacidade de atrair capital estrangeiro para aplicação no desenvolvimento econômico, capital atraído não apenas pela reserva de mão-de-obra barata, mas principalmente pela “elevada qualidade dessa reserva em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento”, além da combinação de desenvolvimento tecnológico e tradições nativas (ARRIGHI, 2008, p. 357).

Da perspectiva estadunidense, a estratégia de confronto Leste-Oeste na tentativa de manter a hegemonia mundial tem custado milhões de vidas ao longo dos anos e gerado um grande endividamento público. Do ponto de vista da hegemonia, o problema econômico expresso na crise do dólar, os acordos de 1985 e 1995 para resolver problemas cambiais (Bretton Woods, Plaza, Consenso de W.) e o colapso do cambio fixo com a financeirização do capital demonstram a fase terminal do sistema (ARRIGHI, 2008).

A fim de manter o poder, a atitude imperialista toma novas conotações: utilizar o poderio militar para impor o controle sobre áreas muito ricas em petróleo, dividir para dominar insuflando lutas nacionalistas e étnicas em nome de uma democracia abstrata e de uma “autonomia” política que, na verdade, não se sustenta sem uma base econômica fortalecida; acenar com um ideal de “democracia” nos moldes limitados da política neoliberal, insustentável sem um mínimo de igualdade social. Na verdade, a igualdade social ou minorar as situações de miséria que grassam no mundo não se apresenta como preocupação da ação intervencionista e, a partir de uma posição meritocrática, a miséria é entendida como algo natural, parecendo fazer parte do plano de subjugar (como o caso da destruição causada pelos embargos econômicos), porque torna mais fácil a aceitação do domínio. Como acentua Losurdo (2010, p. 25) referindo-se ao Iraque, “um povo inteiro é feito refém, para ser ceifado pela fome, pela inanição, pelas doenças tornadas incuráveis por meio do embargo”. A mesma situação pode ser referida a países como Cuba, Iugoslávia, Palestina, ou seja, a todos os que ousam resistir aos projetos de dominação dos Estados Unidos (LOSURDO, 2010).

A estratégia chinesa é diversa: abrir frentes comerciais, ampliar o desenvolvimento econômico buscando parcerias para construir bases infraestruturais (linhas de trem, rota da seda, projeto Eurásia); tal estratégia visa o fortalecimento da China e a sua promoção como “alternativa à liderança” estadunidense na “Ásia Oriental e em outras regiões”. Arrighi acentua ainda que, “embora não sendo mais hegemônicos”, os “Estados Unidos continuam a ser a potência militar predominante no mundo”, de modo que, com base nesta força, procuram manter o “equilíbrio do terror” para manter sua política econômica (ARRIGHI, 2008, p. 219).

Daí os novos significados do termo imperialismo: imposição do poder e da autoridade pelo medo; exercício de influência sobre outros povos e Estados pela ameaça potencial da guerra e, mais ainda, divulgação ideológica de ideias equivocadas sobre o terrorismo, o comunismo, recorrendo a “estratégias políticas, diplomáticas e militares para fazer valer seus interesses econômicos e atingir seus objetivos de dominação” (ARRIGHI, 2008).

A China avançou na medida em que suas estratégias de desenvolvimento contemplaram o bem-estar da população (educação, saúde, infraestrutura, tecnologia), fator que Arrighi (2008, p. 375) atribui à experiência gerada pelo comunismo de Mao e cita o próprio reconhecimento do Banco Mundial, em Relatório de 1981: a “realização mais notável da China durante as últimas décadas foi a melhora das condições de vida dos grupos de baixa renda em termos de necessidades básicas”, como alimentação, saúde, educação.

A China de Mao “buscou se modernizar não com a destruição, mas com a elevação econômica e educacional do campesinato”; em segundo lugar, a “modernização chinesa se baseou não apenas na internalização da Revolução Industrial ocidental, mas também na retomada de características da Revolução Industrial nativa, de base rural”; outra característica foi o combate ao surgimento de uma “burguesia urbana formada por autoridades e intelectuais ligados ao Estado e ao partido”, valorizando-se a “‘reeducação’ e áreas rurais”, de modo que as “reformas foram iniciadas primeiro na agricultura” (ARRIGHI, 2008, p.379).

A partir deste contexto, se o Estados Unidos tem características imperialistas que aparecem com clareza em seu projeto político e militar em relação ao restante do mundo, podemos dizer, por enquanto, que a China tem uma característica não imperialista e, neste sentido, se confronta com os Estados Unidos na disputa pela hegemonia mundial.

O Brasil, a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores, apesar das contradições internas geradas pela necessidade de criar as condições de governabilidade, na política internacional tomou claramente uma posição de aliança com a China, a Rússia e demais países emergentes, fator que se concretizou na fundação do BRICS. A clara intenção de fazer frente ao Banco Mundial e ao FMI souo como um brado de independência e autonomia ante o projeto estadunidense em relação à América Latina.

De acordo com esta posição, o Brasil iniciou uma série de debates em torno da mudança do câmbio fixo, salientando a intenção de propor uma nova ordem cambial que tivesse, ao lado do dólar, outras moedas circulantes com igual função, como o Euro, o Yen, etc. Acrescente-se a este quadro a descoberta do pré-sal e a decisão de manter a Petrobrás no controle das pesquisas e da exploração. Estes

pontos podem ser motivo de grandes conflitos. Por muito menos os Estados Unidos iniciaram guerras e intervenções territoriais.

Notas sobre o Brasil, desenvolvimento e educação superior

A educação precisa ser entendida no contexto da luta de classes, ou seja, as formas de educação mantidas pelo Estado se produzem de acordo com interesses do modo de produção da vida material e da vida social e, no âmbito do capitalismo, também conforme as determinações dos interesses econômicos mundiais que investem no país; da perspectiva da classe dominante nacional e internacional, a educação mantida pelo Estado visa a formar mão-de-obra para o sistema produtivo; da perspectiva dos trabalhadores, a escola em geral é um mecanismo de formação tanto para o trabalho quanto para a sua vida social e organização política. Para entender o contraponto de interesses e a relação de forças que se instaura em determinados momentos, retomamos brevemente alguns pontos de nossa história.

O Brasil apresenta características específicas, a partir de uma história de acumulação originária fundada na exploração do latifúndio por uma classe senhorial escravista voltada para a exportação (da cana, depois do café, agora do milho e da soja) que, embora mudem os tempos, exerce uma grande influência nas relações de poder e de dominação. O modo de acumulação primitiva de uma economia voltada para a exportação e a relação de dependência com o capitalismo estrangeiro geraram uma burguesia nacional que sempre contou com o Estado para consolidar seu poder econômico, social e político. Enquanto voltada para a produção industrial, a burguesia ampliou seus elos com o Estado a partir de 1930, com forte ação do Estado para o desenvolvimento do setor industrial na década de 50.

O interregno da ditadura militar reconfigurou as alianças entre os grupos que se organizavam para garantir seu poder econômico nos limites nacionais, induzidos pela ditadura militar, que levou a “uma enorme concentração de renda, produzindo um fosso entre a classe média enriquecida e a massa de pobres que se depositava na periferia das grandes metrópoles” (SINGER; LOUREIRO, 2016, p.10). A saída lenta e gradual e a entrada no período neoliberal tiveram como contraponto a organização dos movimentos sociais que, em boa medida, canalizaram para o Partido dos Trabalhadores as suas demandas civilizatórias, que desembocaram no lulismo (IDEM).

A noção de desenvolvimento reaparece nas análises sobre a atuação política do período lulista, que procurou equilibrar-se na forte correlação de forças entre os interesses do capital em geral e as reivindicações dos movimentos sociais. Um forte embate entre os interesses da burguesia nacional neodesenvolvimentista e as forças neoliberais as quais se integra o capital internacional, mediados pela crise econômica internacional que aporta no Brasil, desemboca no golpe de Estado e na crise política que agora vivemos.

A despeito dos debates, das razões contra ou a favor da tese de um projeto desenvolvimentista, tende-se a reconhecer um conjunto de políticas favorecedoras de tal projeto: “desobstrução de caminhos para a retomada industrial, os esforços pela industrialização integral, a crença no papel indispensável do planejamento, a desconfiança em relação às forças espontâneas do mercado, a decisão por parte do

Estado de quais setores devem se expandir e o papel público no financiamento dessa expansão” (SINGER, 2016, p. 25)). Dentre as políticas sociais, fariam parte desse projeto “desenvolvimentista” aquelas favorecedoras do aumento real do salário mínimo, a expansão da oferta de ensino superior com políticas de financiamento/FIES, expansão de universidades públicas, novas e as já existentes, a criação e implantação do sistema de Institutos Federais de Educação (em torno de 600 em todo o território brasileiro), o Programa do bolsa família, o Programa ciência sem fronteiras, o PROUNI.

No que diz respeito ao aumento real do salário, “percebemos claramente que o resultado mais saliente da era Lula para os trabalhadores sindicalizados, em relação aos anos FHC, foi a recomposição do poder de compra dos rendimentos do trabalho” (BRAGA, 2016, p. 56). Efetivamente, conforme Braga (2016, p. 57), trabalhando com números do SACC- Dieese, o aumento real do salário nas negociações coletivas em 2008 foi de 0,92%, em 2009 de 0,90%, em 2010 de 1,70%, em 2011 de 1,36%, em 2012 de 1,98% e em 2013 1,25%. Assevera esse autor que o ciclo de progresso material deu-se com a combinação da desconcentração de renda promovida pela combinação entre políticas públicas redistributivas, crescimento econômico e formalização do mercado de trabalho que por sua vez possibilitou a absorção de uma massa de trabalhadores pobres. Todavia, esse ciclo “esbarrou” em limites sérios de oferta de emprego mais qualificado, para além do setor de serviços pessoais e da construção civil. Podemos acrescentar aqui que a expansão do ensino superior pode resolver, a longo prazo, o problema da qualificação da mão-de-obra e, conseqüentemente, abrir a possibilidade de melhora do nível de remuneração desses trabalhadores.

Por outro lado, “o projeto do governo petista soube combinar concretamente os interesses da burocracia sindical, das lideranças sociais e de setores intelectualizados, criando a base para um *consentimento ativo* ao lulismo, cujo lócus é o aparelho de estado”. Uma burocracia sindical “transformou-se não apenas em um ativo administrador do Estado burguês, mas em um ator-chave de arbitragem do próprio investimento capitalista no país” (BRAGA, 2016, p. 89).

No corpo deste processo a crise econômica que grassava em âmbito internacional já desde 2008 e a opção do PT por governabilidade, que levaram o partido para posições cada vez mais ambíguas, implementando políticas neoliberais que determinaram os caminhos do pretendido desenvolvimento e também das políticas sociais, assim como as voltadas para a educação. Neste cenário, que mostra a correlação de forças entre interesses da burguesia nacional e o capital internacional, com a mediação de um Partido que pretendia representar as forças populares, tem conseqüências claras na implementação das políticas educacionais. Uma delas também a relação entre público e privado, cuja mudança de significado se vincula ao modo como o Estado, pressionado pelos lobbys representantes do capital, redefine constantemente estas relações. A educação pública, com investimentos cada vez mais parcos, volta-se a formar as classes populares para o trabalho; com a expansão das empresas privadas voltadas para a educação, esta passa a ser entendida como um serviço, muito lucrativo no mercado. Esta relação do público e do privado no campo da educação expressa uma das contradições da política do Partido dos Trabalhadores: implementar a expansão do ensino público que, em linhas gerais, se volta para a formação para o trabalho e, ao mesmo tempo, criar as condições de ampliação do mercado para o ensino privado.

A partir destes pressupostos, nos referimos aqui à expansão do ensino superior que tendeu a ser um projeto de inserção social a partir de qualificação em nível tecnológico, de graduação e de pós-graduação, de mão-de-obra para a recomposição da divisão social do trabalho. Esta qualificação realiza-se na contramão do que foi historicamente o ensino superior no país, ao possibilitar a chegada a esse nível de ensino da primeira geração de muitas famílias que nunca tinham galgado o átrio de uma universidade; ao mesmo tempo, responde a orientações do Banco Mundial para os países em desenvolvimento.

Em 2002, quando teve início o ciclo dos governos do PT eram 45 Universidades Federais e 148 campus/unidades. A primeira fase de expansão (2003-2007) “teve como principal meta interiorizar o ensino superior público federal”, provendo as condições necessárias para o acesso e permanência do estudante (BRASIL, 2012, p. 9).

Essa primeira fase da política para o ensino superior teve muita importância porque iniciou o processo de interiorização das Universidades Federais, um dos fatores que dificultava o acesso aos habitantes de extensas áreas, que tinham que se transferir para os grandes centros urbanos. Iniciou-se com a criação de quatro novas universidades: duas regionais - Fronteira Sul (UFFS) e integração amazônica (UFOPA); duas internacionais - Integração Latino-Americana (Unila) e Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Seguiu-se a reestruturação das instituições já existentes e a elaboração de um novo Projeto de Reforma do Ensino Superior. A integração regional e internacional e a reestruturação representaram, em 2010, a ampliação para 59 Universidades Federais e 274 campus/unidades. Até 2014 foram criados mais 47 campus; a implementação continua com a interiorização viabilizada na criação de mais quatro Universidades regionais, duas no interior da Bahia, uma no Cariri (Ceará) e uma no interior do Pará (BRASIL, 2012, p. 11).

Aliada a esta política, a efetivação das medidas do *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (REUNI) pelo Decreto 6.096/2007 que, combinadas com outras políticas de regulamentação do acesso, como o ENEM, a Lei de cotas, a reserva de vagas para alunos das escolas públicas, o Programa de Bolsa Permanência (PBP), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnes), o Programa Milton Santos de acesso ao Ensino Superior (Promisae), entre outros, permitiram ampliar em mais de 100% o número de vagas no ensino superior público, abrindo a possibilidade de ingresso às classes populares.

Pode-se dizer que, a longo prazo, todo este conjunto de políticas educacionais articuladas, demonstram a intenção de promover uma grande mudança no sistema educacional superior, cumprindo as determinações da LDB 9394/96 e dos PNEs que, na verdade, são políticas alinhadas com objetivos internacionais estabelecidos em Jontien e em outros encontros e que, até o momento, não tinham resultado em ações políticas efetivas. As contradições das ações do PT nesta área se apresentam no fato de, embora ter adotado medidas voltadas a favorecer as classes populares, ao mesmo tempo incentivou as empresas privadas de educação e adotou ações que tinham como pressuposto objetivos do ideário liberal (ex: o Programa Mais educação, baseado na proposta dos empresários no movimento “Todos pela Educação”).

Em 2005, a Lei nº 11.096/2005 criou o *Programa Universidade para Todos* (PROUNI), que permite a instituições privadas de Ensino Superior promoverem a concessão de bolsas integrais ou parciais a estudantes de baixa renda, desde que sejam negros, indígenas ou tenham feito o Ensino Médio em escolas públicas. Esta política, aliada a financiamentos, possibilitou que instituições de ensino superior tivessem suas vagas ociosas preenchidas e de certo modo solucionada a sua manutenção.

O PROUNI inscreveu-se no conjunto de políticas ditas de reconhecimento, por atenderem a demandas de movimentos sociais por integração social, étnica e racial. Sobre elas muitos debates foram realizados seja no sentido da sua defesa, seja da sua rejeição por razões críticas por servirem ao estabelecido, pelo alívio das tensões sociais que possibilitariam, contrapondo a defesa do acesso livre, seja por razões conservadoras assentes na defesa de que a pobre não lhe pertence o ensino superior, que à burguesia pertence o monopólio do conhecimento e sua operacionalidade. Efetivamente, não faltaram juízos extremados, fundamentados em argumentos contra e a favor da adoção de cotas raciais para ingresso no ensino superior, todavia, também se diz: “Opor às cotas a bandeira de acesso livre para todos é um argumento que impressiona, mas é ingênuo [...] não se pode pedir justiça ao futuro, sacrificando a justiça no presente [...]” (ARCARY, p. 109).

Assim, mesmo com a expansão de vagas em universidades públicas, os governos do PT acabaram por favorecer, pela ambiguidade que os caracterizou e que tanto favoreceu o conservadorismo com adesões e consensos, que fizeram naufragar as transformações esperadas por setores ligados a um projeto do interesse da classe trabalhadora. Os Programas educacionais acabaram por se tornar meras ações compensatórias, as que foram possíveis a partir dos arranjos no seio de um projeto de conciliação de classes, de reprodução da produção a partir da formação precária dos trabalhadores. Quando não mais lhe interessou, a burguesia rompeu os acordos, promoveu um golpe parlamentar que resultou no impeachment da presidente, instaurando-se um governo sem apoio social, corroído por dentro, a fim de corrigir a rota e de estender as políticas de interesse de uma burguesia financista e antipopular. Neste contexto, a correlação de forças, levou à reconstituição de um bloco político de apoio para a governabilidade com implicações para a acentuação das privatizações de fundos públicos via financiamento, venda a preços módicos, ou concessões a perder de vista, a reforma trabalhista com perda de direitos trabalhistas, e sobretudo a reforma da previdência, de maneira a lançar a classe média no setor privado das seguradoras e congêneres.

Isto não se fez sem uma profunda campanha ideológica, promovida pelas cadeias de televisão de massa, que formam consciências e vontades políticas. O resultado é um processo de formação das classes populares que as remete à busca de saídas místicas e salvacionistas que longe de serem promissoras de efetiva transformação social e orientadas por uma ideologia de prosperidade de consumo as circunscreve ao status-quo. Cultiva-se o medo e a violência ora monopólio das forças de segurança ou de grupos para militares, dilui-se o poder do controle do Estado o que se apresenta como uma guerra por armas e compra de sentenças no poder judiciário. Neste cenário o governo federal e os governos estaduais promovem aperto e ajustes fiscais que sufocam as universidades públicas e os seus professores, abrindo novos tempos de lutas e resistências.

Fica em aberto o desafio de entender a estrutura econômica e os laços do Brasil com o capital internacional nesta nova fase de uma prevalência do capital financeiro e de uma expansão das corporações que, no campo da educação, ingressam no país com toda a sua força econômica e ideológica, transformando a educação formal em objeto de mercado e os jovens adolescentes em potenciais consumidores de um saber enlatado, enrijecido e dogmatizado.

A última fronteira a consolidar por esse grupo que assaltou o poder é a “escola sem partido”, fruto de uma ideologia conservadora que pretende eliminar dos quadros da escola pública o pensamento crítico. Defende-se hoje uma escola doutrinadora, no sentido kantiano de doutrinação: apresentar uma ideia (teoria) como verdade a priori, sem demonstração ou comprovação; o que se pretende implantar é uma formação dogmática, com total ausência de autocrítica. No campo do ensino superior trata-se de uma verdadeira afronta visto que a Universidade precisa ser o espaço do diálogo, da interlocução e do confronto de ideias. A Universidade é o lugar da produção de conhecimentos e não da transmissão de um saber congelado e naturalizado. O pensamento crítico é aquele que reconhece a sua historicidade e, por isso, esclarece que discorre a partir de uma perspectiva metodológica (que pode ser um método racional, como em Kant, ou o método dialético, como Hegel, ou ainda uma posição de classe, como Marx)

Considerações Finais

A nossa breve abordagem se apresenta como um pequeno esboço de como a expansão do capitalismo mundial e as novas formas de dominação econômica, política e ideológica que denominamos imperialismo atingem a política brasileira e afetam diretamente o processo de organização da educação formal determinando a elaboração e efetivação das políticas educacionais, das quais selecionamos o ensino superior.

No conjunto da correlação de forças que nos insere no contexto das relações internacionais, as políticas educacionais exaradas pelo Partido dos Trabalhadores em suas gestões se apresentam como tentativas de cumprir compromissos assumidos com agentes financeiros internacionais, ao mesmo tempo em que visam contemplar algumas demandas populares.

Neste contexto, o esforço em ampliar a rede pública de ensino superior se apresenta como um meio privilegiado de inserir os trabalhadores no mercado de trabalho com uma formação básica para este fim, enquanto a pesquisa de ponta fica nas mãos de uma elite que, a partir dos desdobramentos do capitalismo internacional e da entrada massiva das corporações no domínio da educação privada, torna-se uma nova fonte de dependência para o capital internacional.

Referências:

ARCARY, V. *Por que as cotas são uma proposta mais igualitária que a equidade meritocrática*. Crítica Marxista, Campinas. v. 24, n.1, p. 102-105, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo Ed., 2008.

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Unesp, 1996.
- BRAGA, Ruy. Terra em Transe. O Fim do Lulismo e o Retorno da Luta de Classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *As Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.
- BRAVERMAN Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Página Aberta, 1996.
- ESCOBAR, Pepe. *Império do caos*. Ed. Revan.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1978.
- HARVEY, David. *O enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. *A era do Capital (1848-1875)*. Rio, Paz e Terra, 1982.
- HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- HUDSON, Michael. *O Super Imperialismo: a estratégia econômica do império americano*. 2003.
- KORTEN, David. *Quando as corporações regem o mundo*. Ed. Futuro, 1996.
- LENIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1980. V. 1.
- LOSURDO, Domenico. *A linguagem do Império – léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Abril cultural, 1984.
- MÉSZÁROS, Istvan. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo : Boitempo, 2003.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar*. Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, 2004, p.49-61.

Notas:

- ¹ Professora de filosofia política e de estética da UFPR; atualmente docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UTP de Curitiba; Pós-doutorado em Educação na UNICAMP. Email: anita.helena@libero.it
- ² Professora do Mestrado e Doutorado em Educação da UTP. E-mail: maria.pereira@utp.br
- ³ Dados de pesquisadores mostram que 147 corporações controlam 40% da economia mundial e 28 grandes bancos detém 48 trilhões da dívida pública, fator que determina que os recursos fiscais dos países endividados escoem para o controle destes bancos. Um destes pesquisadores é KORTEN, David. Quando as corporações regem o mundo. Ed. Futuro, 1996.
- ⁴ A partir de nossa abordagem, “manutenção da estabilidade” nos parece um eufemismo, fruto já de um vocabulário político que visa a dissimular os conflitos.
- ⁵ As questões aqui levantadas também se apoiam em Noam Chomsky, no livro *Novas e velhas ordens mundiais*, com amplas análises da estratégia estadunidense no período da chamada guerra fria e outros confrontos com objetivos de dominação política, exploração de recursos naturais e ampliação do mercado.

Recebido em: 04/03/2017

Publicado em: 30/04/2017